Ponto da Situação das Adjudicações de Empreitadas de Obras Públicas e Serviços Correlacionados no âmbito do PRR

Ricardo Pedrosa Gomes

Vice – Presidente da CPCI
Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI)

Apresentação na Subcomissão para o Acompanhamento dos Fundos Europeus e do PRR

Audição de 24-1-2023 sobre a análise e o ponto de situação do PRR

Quadro Resumo

Programas Analisados	Investimentos Previstos	Valor Adjudicado	Taxa Adjudicação (%)	Valor Por Adjudicar
C7. INFRAESTRUTURAS	580 Milhões €	8.6 Milhões €	14,8%	493,9 Milhões €
C9. GESTÃO HÍDRICA	390 Milhões €	5,1 Milhões €	1,3%	384,9 Milhões €
C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	967 Milhões €	29,1 Milhões €	3,0%	937,9 Milhões €
Subtotal	1937 Milhões €	120,3 Milhões €	6,2%	1816,7 Milhões €
C2. HABITAÇÃO	2222 Milhões €	Sem Lançamento de Empreitadas. Contratualização Entidades Promotoras		
C13. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS	616 Milhões €	Sem Lançamento de Empreitadas com Candidaturas ao Fundo Ambiental		
Total	4775 Milhões €			

Fonte: CPCI, PRR e Portal Base

INFORMAÇÃO DETALHADA

C7. INFRAESTRUTURAS

iO2: Missing links e Aumento de capacidade da rede

Pretende-se promover a eliminação de travessias urbanas e a adequação da capacidade da rede rodoviária, reduzindo tempos de percurso, gases poluentes e situações de congestionamento, bem como reforçar as acessibilidades aos grandes corredores e às interfaces multimodais, aligeirando custos de contexto ao tecido empresarial e potenciando investimentos já realizados nas infraestruturas conexas. Estão previstas as seguintes intervenções rodoviárias:

- Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave;
- Maia (Via Diagonal) / Interface Rodoferroviário da Trofa;
- Variante da Atalaia;
- Penafiel (EN15) / Rans;
- Rans / Entre-os Rios;
- Variante nascente de Évora;
- Ligação de Baião a Ponte de Ermida;
- Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda;
- km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra;
- Variante a Olhão;
- IC2 (EN1). Meirinhas (km 136,700) /Pombal (KM 148,500);
- IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo /Beja, incluindo Variante a Beringel;
- IP8 (EN259). Sta. Margarida do Sado /Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros;
- IP8(A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2;
- Variante à EN211 – Quintã/ Mesquinhata.

Investimento Previsto: 313 Milhões €

Valor Adjudicado: 51,3 Milhões €

Taxa de adjudicação: 16.4%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 3

Valor: 49,3 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 5

Valor: 2,0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 261,7 Milhões €

Contratos Promovidos Não Adjudicados
Número: 2
Valor: 3,1 Milhões €

C7. INFRAESTRUTURAS
iO3: Ligações Transfronteiriças

Pretende-se alavancar o desenvolvimento potenciar a mobilidade transfronteiriça e reduzir dos custos de contexto concretizando através dos seguintes um conjunto de investimentos, destacando-se a importância da intervenção em ligações como sejam:

- Vinhais / Bragança (variantes);
- Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES);
- Ponte internacional sobre o Rio Sever;
- Ponte Alcoutim – Saluncar de Guadiana (ES).

Investimento Previsto: 65 Milhões €

Valor Adjudicado: 1,9 Milhões €

Taxa de adjudicação: 3,0%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 1

Valor: 1,9 Milhões €

Por adjudicar em valor: 63,1 Milhões €

C7. INFRAESTRUTURAS

iO4: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Acessibilidades Rodoviárias

É imprescindível concluir um conjunto de acessibilidades rodoviárias, que constituem o suporte para garantir a entrada e saída de mercadorias de forma eficiente e económica, alavancando o investimento já efetuado nas Áreas de Acolhimento Empresarial.

Destacam-se, a título exemplificativo, os seguintes investimentos:

- Ligação ao Parque Industrial do Mundão – Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu/ Sátão;
- Ligação ao Parque Industrial do Mundão: EN229 – ex-IP5 / Parque Industrial do Mundão;
- Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos;
- Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião);
- EN10-4. Setúbal/ Mitrena;
- Ligação à Área Industrial de Fontiscos e reformulação do Nó de Ermida (Santo Tirso);
- Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras;
- Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11;
- Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114;
- Melhoria das acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras (Castelo de Paiva);
- Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior;
- Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos);
- Variante de Aljustrel – Melhoria das acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização Empresarial;
- Via do Tâmega – Variante à EN210 (Celorico de Basto);
- Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2;
- Nova travessia do Rio Lima entre EN203 – Deocriste e EN202 – Nogueira;
- Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre;
- Acesso ao Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães);
- Acesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao Nó da A28.

Investimento Previsto: 142 Milhões €

Valor Adjudicado: 33,0 Milhões €

Taxa de adjudicação: 23,2%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 7

Valor: 32,6 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 2

Valor: 0,4 Milhões €

Por adjudicar em valor: 109,0 Milhões €

Concursos Promovidos Não Adjudicados
Número: 4
Valor: 20,6 Milhões €

C7. INFRAESTRUTURAS

iO5: Circuitos Logísticos – Rede Viária Regional dos Açores

A Região Autónoma elegeu como estratégico, ao nível das infraestruturas, a melhoria das acessibilidades aos centros populacionais e aos núcleos de atividade económica e às principais infraestruturas de acessibilidade das ilhas, o aeródromo/ aeroporto e os portos marítimos, a intervenção nas variantes e circulares aos principais centros urbanos, a instalação de terminais rodoviários e de estacionamento fora dos centros urbanos e a requalificação da sinalética.

As intervenções mais relevantes identificadas foram:

Ilha de Santa Maria

- Variante à Vila do Porto

Ilha de São Miguel

- Melhoria da acessibilidade Furnas / Povoação – 1.º Lanço – Variante Furnas
- Variante Capelas
- Variante de São Roque
- Variante Portal do Vento

Ilha Terceira

- Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária – Ligação entre Via Vitorino Nemésio e Circular de Angra

Ilha Graciosa

- Ligação entre a E.R. 3-2ª e a E.R. 4-2ª

Ilha de São Jorge

- Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária – Ligação entre o norte e sul da ilha (transversal)

Ilha do Pico

- Construção da Circular à Vila da Madalena

Ilha do Faial

- Construção da 2.ª fase da Variante à Cidade da Horta

Investimento Previsto: 60 Milhões €

Valor Adjudicado: 1,8 Milhões €

Taxa de adjudicação: 3,0%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 2

Valor: 1,8 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 0

Valor: 0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 58,2 Milhões €

Concursos Promovidos Não Adjudicados
Número: 1
Valor: 6,5 Milhões €

C9. GESTÃO HÍDRICA

iO1: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

Investimento RE-C09-i01

iO1: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (200 M€)

Este investimento, a implementar sob a coordenação geral da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., resulta das Bases do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH), tendo envolvido e comprometido a administração e os principais *stakeholders* diretamente interessados na implementação das soluções e na verificação dos seus resultados.

As medidas, que a seguir se identificam, são complementares e articuladas de modo a assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas: cerca de 40% dos projetos visam aumentar a eficiência hídrica, 34% melhorar os processos de adaptação à seca, 15% contribuir para objetivos ambientais e 11% para melhorar a articulação (incluindo divulgação de boas práticas):

- **Reduzir perdas de água no setor urbano**, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes, nomeadamente, incidindo nos sistemas em baixa (com maior potencial de redução de perdas reais, isto é, que ainda não atingiram as metas nacionais) e na implementação de zonas de monitorização e controlo nos sistemas;
- **Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola**, recorrendo à modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos, com incidência nas áreas existentes, com adoção de sistemas de distribuição mais eficientes, a implementação de sistemas de teledeteção, controlo e monitorização dos consumos. Contempla, também, a melhoria da eficiência dos regadios individuais, através da instalação de sistemas de rega mais eficientes com monitorização e rastreamento dos consumos;
- **Reforçar a governança dos recursos hídricos** (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização), apostando no reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria nos principais consumidores, complementada por uma avaliação da utilização de água na rega através de deteção remota, que permitirá acompanhar regularmente as áreas regadas e estimar os volumes captados, fornecendo informação indispensável à decisão/gestão dos títulos de captação (novos ou existentes) e à sua fiscalização. Aposta, também, na implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade.

Ao nível da governança, integra as estruturas de acompanhamento identificadas no ponto seguinte designado Implementação;

- **Promover a utilização de Água Residual Tratada** (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria;
- **Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta** existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as afluências à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das afluências à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;
- **Promover a dessalinização de água do mar**, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros.

Investimento Previsto: 200 Milhões €

Valor Adjudicado: 5,1 Milhões €

Taxa de adjudicação: 2,5%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 2

Valor: 2,43 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 7

Valor: 2,64 Milhões €

Por adjudicar em valor: 194,9 Milhões €

C9. GESTÃO HÍDRICA

iO2: Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato

Investimento RE-C09-i02

i02: Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (120 M€)

Este investimento, cuja execução é da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), prevê a criação de uma reserva estratégica de água que constituirá uma alternativa de abastecimento público e permitirá o estabelecimento de novas áreas de regadio, respondendo de forma integrada a situações de seca extrema e reduzindo a probabilidade de ocorrência de cheias.

Criará um meio privilegiado (espelho de água) para a instalação de um grande número de painéis fotovoltaicos flutuantes, de forma a possibilitar a reconfiguração da produção energética na região, pela sua característica de articulação entre as energias hídrica e fotoelétrica, permitindo acomodar uma central fotovoltaica que, para uma potência instalada correspondente a 75 MW, permitiria satisfazer mais de 60% das atuais necessidades energéticas da região e reduzir mais de 80.000 t/ano de emissões de dióxido de carbono, para além de uma diversificação da atividade agrícola e uma evolução qualitativa da atividade económica, particularmente nos setores da agroindústria e do turismo. O projeto prevê que o perímetro de rega seja dividido em lotes de 100 hectares, como incentivo para a relocalização de pessoas nesta zona do país altamente desertificada, ao mesmo tempo que introduz um sistema de eficiência hídrica.

O empreendimento situa-se na bacia hidrográfica do Tejo, em zona próxima do limite da bacia hidrográfica do Guadiana, e incluirá as seguintes componentes:

- **Barragem**: Criará uma albufeira com nível de pleno armazenamento (NPA) à cota 248,00 m, com área inundada de 7,24 km^2 e capacidade de armazenamento de 116,1 hm^3, à qual aflui um volume médio anual de 57,83 hm^3/ano, tendo por base as séries hidrológicas da APA, possibilitando a regularização de 50,3 hm^3/ano para abastecimento público de água potável, fundamental para garantir a redundância no abastecimento às populações (cerca de 55.000 pessoas) de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, e para a irrigação dos blocos de rega. O coroamento da barragem situar-se-á à cota de 252 m e terá uma altura total de 52 m e 1.350 m de extensão.
- **Mini-hídrica**: Para aproveitamento energético dos caudais a libertar para rega no vale a jusante, beneficiando da queda proporcionada pela altura da barragem; terá uma potência instalada de 1,0 MW.
- **Sistema de reforço de afluências**: Mobilizará os recursos hídricos de duas linhas de água que confluem a jusante da secção da barragem do Pisão (ribeira de Chocanal na margem direita e ribeira de Linhares na margem esquerda), com recurso a bombagem para a albufeira, potenciando a eficiência e resiliência do sistema hídrico global. O sistema será constituído por açude de derivação a jusante, estação elevatória e conduta elevatória.
- **Sistema de reforço de abastecimento da barragem de Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão**: ligação da albufeira a criar até à estação de tratamento de águas de Póvoa e Meadas para garantia das necessidades de consumo urbano dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel.
- **Infraestruturação de áreas agrícolas existentes**: inclui estações elevatórias de rega, condutas, reservatórios de regulação e redes de distribuição, redes de rega e beneficiação de acessos agrícolas, prevendo-se a beneficiação de 5.078 ha de novos blocos de rega (Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira e Sousel). O projeto prevê que o perímetro de rega seja dividido em lotes com área não superior a 100 ha como forma de incentivar a atração e fixação de pessoas nesta zona de grave regressão demográfica.
- **Central solar fotovoltaica** (placas solares, inversores, flutuantes, cablagem de baixa e média tensão): instalação de painéis fotovoltaicos no espelho de água da albufeira.

Considerado **projeto âncora para a recuperação económica da região do Alto Alentejo**, tem como principais objetivos:

- Contribuir para a transição e adaptação climática;
- Contribuir para a transição energética;
- Contribuir para a transição digital;
- Proporcionar um foco efetivo de desenvolvimento económico (criação estimada de 500 postos de trabalho diretos);
- Promover o aproveitamento da qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural.

Investimento Previsto: 120 Milhões €

Valor Adjudicado: 0 Milhões €

Taxa de adjudicação: 0%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 0

Valor: 0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 120 Milhões €

C9. GESTÃO HÍDRICA

iO3: Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadios da RAM

Investimento RE-C09-i03

iO3: Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM (70 M€)

A Região Autónoma da Madeira identificou a necessidade de efetuar investimentos ao nível da gestão hídrica, o qual compreende a implementação de projetos de otimização da utilização dos recursos existentes, a captação de águas excedentes sem qualquer impacto nos ecossistemas, a constituição e ampliação das reservas estratégicas e a interligação das diversas origens de água, que são essenciais para a salvaguarda de abastecimento ininterrupto, no contexto de Adaptação às Alterações Climáticas, garantindo que as necessidades de todos os utilizadores e população em geral e das atividades económicas e agrícolas sejam satisfeitas.

Os projetos propostos representam investimentos numa rede integrada e asseguram um mais eficiente aproveitamento de água:

- **Reforço de Adução ao Canal do Norte** – Sistema Elevatório do Seixal: assegurar 3,2 hm^3 de água ao Canal do Norte durante o período de esteio;
- **Recuperação do Lanço Norte do Canal do Norte**: assegurar a eficiência do Canal recuperando as elevadas perdas e atingindo um nível de perdas na ordem dos 30%;
- **Recuperação da Levada das Rabaças**: assegurar a eficiência do Canal recuperando as elevadas perdas e atingindo um nível de perdas na ordem dos 30%;
- **Otimização da Adução do Sistema Adutor Machico Funchal** – EE de Santa Quitéria: assegurar um reforço de Caudal ao Sistema Adutor Machico Funchal de até 1.000 m^3/h;
- **Reforço de adução ao Canal dos Tornos** – EE Lombo do Urzal: Reforçar a adução ao Canal dos Tornos – Lanço Norte, através da captação das águas excedentes da Ribeira/Córrego da Lapa do Arvoredo e da Levada da Achada Grande podendo representar um acréscimo de até cerca de 180 m^3/h;
- **Reforço da Adução ao Lanço Sul do Canal dos Tornos** – Construção da Lagoa das Águas Mansas/Ribeiro Serrão: reforçar os caudais ao Canal dos Tornos – Lanço Sul construção de uma lagoa de armazenamento para armazenar caudais de inverno e disponibilizá-los aos agricultores no verão;
- **Construção da Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo** – Galeria n.º 5: captação de água salgada, com caudais estimados entre os 150 e 250 m^3/h;
- **Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo** com vista à Redução de Perdas: redução de perdas reais no setor urbano em redes de abastecimento do Porto Santo para 30%;
- **Reforço de adução ao Reservatório da Trompica**: colmatar as necessidades de abastecimento público, por insuficiência das origens de altitude, através da disponibilização de 25m^3/h.

Investimento Previsto: 70 Milhões €

Valor Adjudicado: 0 Milhões €

Taxa de adjudicação: 0%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 0

Valor: 0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 70 Milhões €

C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

iO1: Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara

Investimento TC-C15-i01

i01: Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara (304 M€)

Investimento sob responsabilidade do Metropolitano de Lisboa, EPE, o prolongamento da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa (ML) até Alcântara, cuja estação se constituirá como um novo importante interface de transportes, articulando com os serviços ferroviários suburbanos contribuirá, decisivamente, para a melhoria significativa da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.

Este investimento prevê:

1. **Extensão adicional da rede do Metro de Lisboa** em 3,7 km: 3,3 km em túnel + 0,4 km em viaduto;
2. **Construção de 4 novas estações:**

   i) Amoreiras, na zona do cruzamento das Avenidas Conselheiro Fernando de Sousa e Engenheiro Duarte Pacheco;

   ii) Campo de Ourique, situada na Rua Tomás da Anunciação;

   iii) Infante Santo, situada no arruamento com o mesmo nome;

   iv) Alcântara, em viaduto sobre a Avenida de Ceuta.

A operacionalização desta extensão da Linha Vermelha do ML exigirá que, em paralelo, seja instalado o novo sistema de sinalização (CBTC – *Communications-based train control*) entre Oriente e São Sebastião, bem como a instalação do referido sistema de sinalização em 41 Unidades Triplas existentes.

Implementação

Os estudos a desenvolver serão levados a cabo pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em articulação com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a concretização do investimento será efetuada através de um concurso público internacional para a execução da obra pública, a ser lançado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

Investimento Previsto: 304 Milhões €

Valor Adjudicado: 0 Milhões €

Taxa de adjudicação: 0%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 0

Valor: 0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 304 Milhões €

C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

iO2: Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Santo Ovídeo

Home > Transição Climática > C15 > Investimento TC-C15-i02

Investimento TC-C15-i02

i02: Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio (299 M€)

Com o objetivo de expandir a cobertura territorial do sistema de metro na Área Metropolitana do Porto e reduzir os problemas de congestionamento do eixo Porto – Vila Nova de Gaia, pretende-se com este investimento, cuja execução será levada a cabo pela Metro do Porto, SA, expandir a rede do Metro do Porto, com a construção de uma nova linha com uma extensão de 6,74 km em via dupla, contribuindo para a descarbonização e para apoiar a transição energética no setor da mobilidade, promover a utilização de transporte público, promover a coesão económica, social e territorial, mitigar os efeitos económicos e sociais da crise pandémica e criar emprego.

Prevê-se que esta linha se desenvolva entre a estação Boavista/Casa da Música da linha G (linha Rosa entre Liberdade/S. Bento e Boavista/Casa da Música), no Porto, e uma nova estação a construir em Santo Ovídio (interface com a linha Amarela), em Vila Nova de Gaia. Esta linha expande-se em túnel, à superfície, em ponte sobre o rio Douro e em viaduto, com as seguintes extensões:

a) 4.500 m em túnel: 2.770 m em túnel mineiro; 1.730 m de túnel a executar pelo método Cut&cover;

b) 2.240 m à superfície, dos quais: 600 m em viaduto (alargamento do viaduto existente na VL8, viaduto após a Rotunda e viadutos de ligação à nova ponte sobre o Rio Douro); 600 m ponte sobre o Rio Douro; 1.040 m em plataforma de superfície.

A nova linha irá abranger 8 estações:

- Boavista/Casa da Música (subterrânea – *Cut&cover*: estrutura a construir/construída na empreitada da linha circular);
- Campo Alegre (subterrânea – *Cut&cover*);
- Arrábida (subterrânea de baixa profundidade – *Cut&cover*);
- Candal (superfície);
- VL8/Rotunda (superfície – eventualmente desnivelada);
- Devesas (subterrânea de baixa profundidade – *Cut&cover*);
- Soares dos Reis (subterrânea);
- Santo Ovídio (subterrânea de baixa profundidade – *Cut&cover*).

Investimento Previsto: 299 Milhões €

Valor Adjudicado: 3,4 Milhões €

Taxa de adjudicação: 1,1%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 2

Valor: 3,4 Milhões €

Por adjudicar em valor: 295,6 Milhões €

Concursos Promovidos Não Adjudicados
Número: 1
Valor: 3,1 Milhões €

C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

iO3: Metro Ligeiro de Superfície Odivelas – Loures

Investimento TC-C15-i03

i03: Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures (250 M€)

A periferia a noroeste de Lisboa concentra uma franja relevante de população que trabalha ou estuda na capital, originando deslocações pendulares, com grande expressão em transporte individual, face à ausência de alternativas. Importa, assim, construir uma oferta de transporte público coletivo mais eficiente, atrativa e ambientalmente sustentável, promovendo a redução da dependência do transporte individual e contribuindo para a redução das emissões de GEE.

A solução preconizada para este investimento, justificado pelo perfil de procura, *Light Rail Transit* (LRT), traduz-se num **sistema de transporte que utiliza um material circulante mais ligeiro** do que a ferrovia, operando numa plataforma segregada do resto do tráfego, com vias reservadas. Estas características permitem o reforço da oferta de transporte num menor prazo de tempo, pela sua maior rapidez de execução e menores valores de investimento e custos de operação.

A linha, cuja execução será da responsabilidade do Metropolitano de Lisboa, EPE, permitirá a ligação entre Loures e a rede do Metropolitano de Lisboa em Odivelas, numa extensão de 12km, colmatando assim a ausência de um modo de transporte de elevada capacidade neste corredor de procura suburbana. Através dos impactes ao nível da qualidade de serviço prestado, este investimento induzirá a captação de passageiros ao transporte individual, contribuindo, também, para a descarbonização e transição energética e climática do setor dos transportes.

Investimento Previsto: 250 Milhões €

Valor Adjudicado: 0,2 Milhões €

Taxa de adjudicação: 0,1%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 3

Valor: 0,2 Milhões €

Por adjudicar em valor: 249,8 Milhões €

C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

iO4: Linha BRT Boavista – Império

Investimento TC-C15-i04

i04: Linha BRT Boavista – Império (66 M€)

A implementação do Passe Único na AMP e a crescente dinâmica económica e turística da cidade do Porto vieram criar um acréscimo de procura aos meios de transporte já instalados, o que acrescenta uma maior pressão sobre o sistema de transportes, justificando um aumento da oferta através da expansão da rede do Metro do Porto.

O investimento proposto, da responsabilidade da Metro do Porto, SA, consiste numa **nova linha de Transporte Público em Sítio Próprio**, com aproximadamente 3,8 km de extensão, estabelecendo a **ligação entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque** (Rotunda da Boavista), onde será garantida a articulação com a rede do Metro do Porto e será executada em via exclusiva com estações/paragens de 30 m de comprimento e cais laterais de 3 metros de largura.

Servirá uma zona urbana consolidada da cidade, apresentando, como tal, um elevado potencial de procura, com ganhos significativos de aumento de passageiros para o sistema de transportes coletivos do Porto. Serão utilizados veículos limpos, com motorização elétrica de bateria ou hidrogénio.

Investimento Previsto: 66 Milhões €

Valor Adjudicado: 25,5 Milhões €

Taxa de adjudicação: 38,6%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 1

Valor: 25,0 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 1

Valor: 0,5 Milhões €

Por adjudicar em valor: 40,5 Milhões €

C15. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

iO5: Descarbonização dos Transportes Públicos

Investimento TC-C15-i05

i05: Descarbonização dos Transportes Públicos (48 M€)

Apesar das melhorias registadas nos últimos anos, a idade média das frotas de transporte público em Portugal é elevada (mais de 15 anos) e apresenta baixa incidência de veículos ambientalmente mais sustentáveis. Pretende-se com este investimento, a conduzir pelo Fundo Ambiental, promover o lançamento de um programa de apoio à aquisição de autocarros limpos afetos ao transporte público rodoviário e respetivos postos de carregamento/abastecimento, ficando a cargo dos operadores de transporte público os procedimentos inerentes à aquisição desses veículos.

O investimento previsto para a aquisição de veículos limpos (145 autocarros), promotor da renovação das frotas, terá um impacto relevante na promoção da utilização do transporte público, assim como na descarbonização e apoio à transição energética, através da redução da emissão de GEE e do aumento da incorporação de energias renováveis no setor dos transportes.

Investimento Previsto: 48 Milhões €

Valor Adjudicado: 0 Milhões €

Taxa de adjudicação: 0%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 0

Valor: 0 Milhões €

Aquisição de serviços:

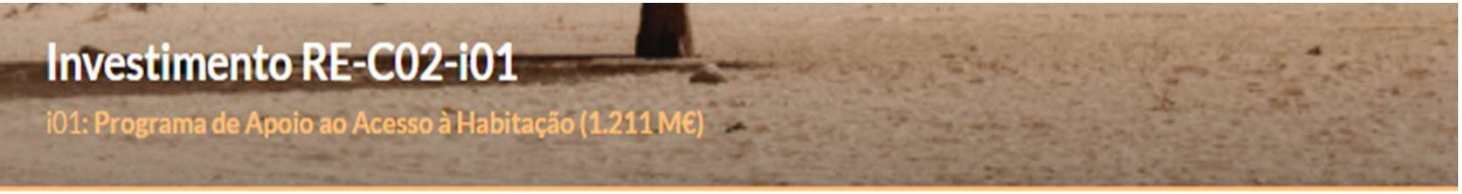
Número: 0

Valor: 0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 48 Milhões €

C2. HABITAÇÃO

iO1: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação



Ao contrário de programas anteriores de promoção pública de habitação social, que foram orientados quase exclusivamente para a eliminação de apenas um tipo de carência habitacional – a residência em estruturas precárias, de génese ilegal – o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – o 1.º Direito tem uma abordagem mais transversal, incluindo ainda outras carências, como a ausência de infraestruturas e equipamentos básicos, insalubridade e insegurança do local de residência, a precariedade ou inexistência de vínculo contratual, a sobrelotação ou inadequação da habitação às necessidades especiais dos residentes com deficiência ou mobilidade reduzida, exigindo uma abordagem integrada e participativa, que promova a inclusão social e territorial, a concretizar através de uma nova figura de governação e planeamento estratégico, as Estratégias Locais de Habitação (ELH).

A materialização do apoio financeiro decorre do papel imprescindível reconhecido às autarquias locais, que devem elaborar e apresentar uma ELH ao IHRU que enquadre e programe todos os investimentos a apoiar em cada território.

Prevê-se, com este investimento, dar resposta a pelo menos **26.000 famílias até 2026**.

Investimento Previsto: 1211 Milhões €

Sem lançamento de concurso de empreitada. Contratualização com entidades promotoras:

- Autarquias locais;
- Entidades públicas;
- Entidades do terceiro setor;
- Associações de moradores e cooperativas de habitação e construção;
- Proprietários de imóveis situados em núcleos degradados.

C2. HABITAÇÃO

iO2: Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário

Com a Bolsa Nacional de Alojamento pretende-se criar uma resposta estruturada e transversal para as pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (situações que, pela sua natureza, necessitam de respostas de alojamento de acompanhamento antes de poderem ser encaminhadas para uma solução habitacional definitiva), tendo em vista a sua inclusão social, proteção e autonomização, o combate às desigualdades e a garantia de uma adequada proteção social face a situações de risco e emergência.

Será necessário aprovar o enquadramento legal do Plano de Alojamento Urgente e Temporário, o qual se estima que ocorra no 1.º semestre de 2021, e no mesmo período, aprovar o Regulamento/ condições de acesso ao financiamento por parte das diferentes entidades beneficiárias.

A constituição da oferta de alojamento será concretizada diretamente por entidades públicas ou por entidades do setor privado e social com competências nesta matéria, de forma individualizada ou em parceria, e terá por base a aquisição, reabilitação ou construção das unidades residenciais.

Com este investimento pretende-se dar resposta às diferentes necessidades, mediante a criação de **2.000 alojamentos de emergência** ou de acolhimento/ transição, de natureza mais transversal, e de **473 fogos, 3 bloco habitacionais** e **5 Centros de Instalação Temporários** e Espaços Equiparados especificamente para as forças de segurança.

Investimento Previsto: 176 Milhões €

Sem lançamento de concurso de empreitada. Contratualização com entidades promotoras

C2. HABITAÇÃO

iO3: Reforço da Oferta de Habitação Apoiada na Região Autónoma da Madeira

Investimento RE-C02-i03-RAM

i03: Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira (136 M€)

A Região Autónoma da Madeira (RAM) desenvolveu a sua Estratégia Regional de Habitação 2030 (ERH 2030), assente na visão "habitação condigna a todos os cidadãos da Região" que ambiciona a coesão social e a igualdade de oportunidades no acesso à habitação, assente em soluções habitacionais para as famílias que residam em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso de uma habitação adequada. Com este investimento a RAM pretende reduzir até 2026 as carências habitacionais diagnosticadas em 29%, através do realojamento de 1422 famílias, nomeadamente:

1. **Realojar 1.122 famílias em novas habitações sociais**, solucionando, assim, os respetivos problemas habitacionais, eliminando vulnerabilidades sociais, facilitando a inclusão social e reduzindo a fatura energética dos inquilinos;
2. **Apoiar a reabilitação de 300 habitações próprias**, incluindo a ótica da eficiência energética, proporcionando melhorias significativas nas condições de habitabilidade das mesmas e uma redução da fatura energética dos beneficiários.

Implementação

O investimento será concretizado pela IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, entidade pública empresarial, detida integralmente pela Região Autónoma da Madeira.

Investimento Previsto: 136 Milhões €

Valor Adjudicado: 2,1 Milhões €

Taxa de adjudicação: 1,5%

Detalhe das Adjudicações por Tipo Contrato:

Empreitadas de obras públicas:

Número de Concursos: 1

Valor: 2,1 Milhões €

Aquisição de serviços:

Número: 0

Valor: 0 Milhões €

Por adjudicar em valor: 133,9 Milhões €

C2. HABITAÇÃO

iO4: Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional Região Autónoma dos Açores

Investimento Previsto: 60 Milhões €

A "Agenda para habitação nos Açores, 2020-2031" reforçou a necessidade de garantir uma oferta pública de habitação a preços acessíveis e ao nível dos rendimentos das famílias açorianas. Para responder a esta carência, a Região Autónoma dos Açores (RAA) pretende reforçar a oferta a vários níveis, depois de verificado um visível agravamento na degradação dos imóveis e na redução da oferta do mercado imobiliário. Neste sentido, serão implementadas ações de construção e de reabilitação ou reconversão de situações existentes.

Com este investimento a RAA prevê a **construção de 91 imóveis** em terrenos ou lotes da RAA e 4 novos loteamentos que possibilitarão a **construção de 88 fogos habitacionais**

C2. HABITAÇÃO

iO5: Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis

Investimento Previsto: 775 Milhões €

Construção e reabilitação para disponibilização do património público devoluto do Estado, com aptidão habitacional, para promoção de arrendamento a preços acessíveis, limitando a adesão do programa às famílias que efetivamente não encontram respostas no mercado tradicional por incompatibilidade entre os seus rendimentos e os valores de renda praticados.

O investimento previsto permite prever a reabilitação de 75 % do património inscrito no Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro, orientado para a criação de um parque habitacional público a preços acessíveis, e salvaguardar o investimento na promoção de rendas acessíveis através de programas municipais.

A operacionalização destes investimentos será coordenada pelo IHRU, em estreita colaboração com os municípios no que respeita aos programas municipais de promoção de rendas acessíveis

C2. HABITAÇÃO

iO6: Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis

A presente intervenção configura uma reforma profunda do sistema de alojamento estudantil, com impacto significativo e efeitos duradouros na melhoria das condições de frequência dos estudantes do ensino superior. Em concreto, o objetivo passa por acelerar a disponibilização de camas a preço regulado até 2026, nomeadamente através da construção, adaptação e recuperação de residências para estudantes, dando prioridade a projetos de reabilitação de edifícios do Estado, de instituições de ensino superior e de municípios, ou outros imóveis disponíveis ou a construir, garantindo uma boa qualidade do ar e um elevado padrão de eficiência energética, que contribuem para a redução do consumo de combustíveis fósseis.

O objetivo é disponibilizar, até 2026, 15.000 camas em alojamento estudantil/ unidade residencial.

Investimento Previsto: 375 Milhões €

Sem lançamento de concurso de empreitada. Contratualização com entidades promotoras
Processo de seleção (4 fases)

- **Manifestação de interesse (202 candidaturas – Avaliação Painel Independente);**
- **Candidaturas a Financiamento;**
- **Análise e seleção dos projetos;**
- **Acompanhamento da execução.**

C13. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS

iO1: Eficiência Energética em Edifícios Residenciais

Investimento TC-C13-i01

i01: Eficiência energética em edifícios residenciais (300 M€)

Da responsabilidade do Fundo Ambiental, pretende-se a promoção de investimentos numa **significativa vaga de renovação energética de edifícios residenciais**, o fomento da eficiência energética e de recursos, o reforço da produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo e o combate à pobreza energética, que se podem materializar em ações individuais ou cumulativas, como as a seguir elencadas:

1. **Melhorias passivas ao nível da envolvente**, através, por exemplo, do isolamento térmico das paredes, das coberturas e dos envidraçados;
2. **Melhorias ativas** através, por exemplo, de **sistemas de climatização** para aquecimento e/ou arrefecimento (ex.: bombas de calor) e aquecimento de águas sanitárias (ex.: solar térmico);
3. Melhorias ativas através, por exemplo, da implementação de **sistemas de produção de energia elétrica de origem renovável**, em regime de autoconsumo ou comunidade de energia renovável;
4. Intervenções que visem a **eficiência hídrica**, incluindo a substituição de equipamentos por equipamentos mais eficientes;
5. Intervenções que promovam a **incorporação de biomateriais, materiais reciclados, soluções de base natural, fachadas e coberturas verdes e soluções de arquitetura bioclimática**, sobre prédios urbanos ou suas frações autónomas existentes.

Investimento Previsto: 300 Milhões €

Sem Lançamento de Concurso de Empreitada
Candidaturas ao Fundo Ambiental

C13. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS

iO1: Eficiência Energética em Edifícios da Administração Pública

Investimento TC-C13-i02

i02: Eficiência energética em edifícios da administração pública central (240 M€)

Também promovidos pelo Fundo Ambiental, pretende-se promover investimentos numa **significativa vaga de renovação energética de edifícios da administração pública central e de instituições de ensino** (de todos os níveis, incluindo superior), fomentar a eficiência energética e de recursos e reforçar a produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, através de ações de natureza idêntica à descrita para o investimento anterior.

Investimento Previsto: 240 Milhões €

Sem Lançamento de Concurso de Empreitada
Candidaturas ao Fundo Ambiental

C13. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS

iO1: Eficiência Energética em Edifícios de Serviços

Investimento TC-C13-i03

i03: Eficiência energética em edifícios de serviços (70 M€)

Tem como objetivo investimentos numa **significativa vaga de renovação energética de edifícios de serviços**, o fomento da eficiência energética e o reforço da produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, sob a responsabilidade do Fundo Ambiental e através das ações já descritas para os investimentos anteriores.

Investimento Previsto: 70 Milhões €

Sem Lançamento de Concurso de Empreitada
Candidaturas ao Fundo Ambiental